

CONTRIBUIÇÃO DA SUINOCULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CONTRIBUTION OF PIG FARMING FOR REGIONAL DEVELOPMENT

Miria Maria Boniatti Rigotti¹
Adilson José Fabris²

RESUMO

O presente artigo possui como base a produção de suínos e sua representatividade para o desenvolvimento econômico e social dos municípios da Agência de Desenvolvimento Regional de Palmitos, sendo eles: Palmitos, São Carlos, Água de Chapecó, Cunhataí, Caibi, Cunha Porã, Riqueza e Mondai. O artigo tem por objetivo identificar o impacto econômico da suinocultura para o desenvolvimento dos municípios pertencentes à ADR de Palmitos. Já a metodologia quanto a natureza é teórico-empírico, em relação ao problema definiu-se como descritiva e quanto aos procedimentos a pesquisa bibliográfica. Destaca-se na cadeia produtiva, a contribuição no movimento econômico e social. Dentre os resultados, destaca-se que a produção de suínos São Carlos é responsável por 32,45% da produção regional, sendo que atividade representa 46,84% entre as atividades pecuárias. Mondai representa 22,29% da produção total, a atividade representa 46,39% total das atividades pecuárias. Caibi participa com 20,10% da produção de suínos regional sendo que a atividade representa 57,4% do total do movimento econômico da atividade pecuária. Quanto ao ICMS que retorna aos municípios, a atividade suinícola apresenta um retorno em 2015 de R\$ 54.038.121,84, sendo que Mondai retornou 20,79% deste valor, 18,97% de retorno a Palmitos e 16,16% de retorno a São Carlos. Por fim, o desafio foi analisar até que ponto a suinocultura contribuiu para o desenvolvimento regional, e no ano de 2015, conclui-se que a atividade apresenta relevância quanto ao movimento econômico foi de R\$ 261.011.700,53 no ano, com retorno de ICMS de aos municípios pesquisados.

Palavras-chave: Suinocultura, Desenvolvimento e Contribuição.

ABSTRACT

The present article is based on the production of pigs and their representativeness for the economic and social development of the municipalities of the Regional Development Agency of Palmitos, being: Palmitos, São Carlos, Agua de Chapecó, Cunhataí, Caibi, Cunha Porã, Wealth and Mondai. The objective of this paper is to identify the economic impact of swine farming on the development of the municipalities belonging to Palmitos ADR. The methodology as to nature is theoretical-empirical, in relation to the problem was defined as descriptive and as to the procedures the bibliographic research. It stands out in the productive chain, the contribution in the economic and social movement. Among the results, it is worth noting that the production of São Carlos pigs accounts for 32.45% of the regional

¹Pós-graduanda em Desenvolvimento Regional Sustentável, pela FAI Faculdades de Itapiranga, SC, Especialista em educação pela FAI Faculdade de Itapiranga SC, Pedagogia séries iniciais e ensino fundamental pela UDESC, e-mail miriabori@yahoo.com.br

²Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNISC Santa Cruz do Sul, Especialista em Marketing pela URI-FW, Contador CRC 98168-0-9, Professor na FAI Faculdades de Itapiranga SC, E-mail: adilsonj.fabris@yahoo.com.br

production, and that activity represents 46.84% among livestock activities. Mondaí represents 22.29% of the total production, the activity represents 46.39% of total livestock activities. Caibi participates with 20.10% of the regional pig production and the activity represents 57.4% of the total economic movement of the livestock activity. As for the ICMS that returns to the municipalities, the swine activity presents a return in 2015 of R \$ 54,038,121.84, with Mondaí returning 20.79% of this value, 18.97% return to Palmitos and 16.16% of Return to São Carlos. Finally, the challenge was to analyze the extent to which pig farming contributed to regional development, and in the year 2015, it is concluded that the activity is relevant to the economic movement was R \$ 261,011,700.53 in the year, with return Of ICMS to the municipalities surveyed.

Keywords: Swine, Development and Contribution.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a suinocultura tem ocupado um espaço significativo no cenário econômico que se estende também aos Estados. Desta forma o desenvolvimento econômico do país envolve as diversas atividades produtivas, dentre as quais está a suinocultura, atividade que ao longo do tempo contribui para o desenvolvimento econômico e social nas diversas regiões do território brasileiro.

No contexto do país, o desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina foi impulsionado pela suinocultura. A atividade foi uma das grandes responsáveis pela expansão e modernização da indústria no Estado a partir da década de 40 elevando o setor alimentício (CAMASSETTO, 2010).

Na região sul do País, especificamente em Santa Catarina a suinocultura tem grande destaque, haja vista que o Estado detém uma das cadeias produtivas mais desenvolvidas. No ano de 2008, apresentava um rebanho permanente de 4,5 milhões de cabeças suínos, que correspondia a 17% do rebanho Nacional. Ainda, o Estado abatia o equivalente a mais de um terço dos abates totais, totalizando 7,8 milhões de cabeças e 40% dos abates industriais. (CRM-SC, 2008)

No Estado de Santa Catarina, de acordo com Coletti e Lins (2010), especificamente a Região Oeste apresenta absoluta proeminência. Os autores ressaltam que os números em relação ao rebanho de suíno não deixam dúvidas a respeito disso, pois no período entre 1990 e 2007 a participação da Região Oeste no rebanho brasileiro ultrapassava 15% do total de cabeças em todo o país. Deste modo, a região representa um polo dinâmico para a economia, além de gerar empregos nos vários elos dessa cadeia produtiva.

Diante do exposto, esse estudo tem por objetivo identificar o impacto econômico da suinocultura para o desenvolvimento dos municípios pertencentes à ADR de Palmitos. Para tanto, tem como objetivos específicos: a) identificar a geração de renda proveniente da suinocultura brasileira; b) apontar o percentual da suinocultura no movimento econômico dos municípios da ADR e c) mensurar em qual posição a suinocultura se encontra dentre os demais produtos produzidos no meio rural; e) identificar o retorno fiscal aos municípios da ADR de Palmitos.

Este trabalho justifica-se pela contribuição da suinocultura para o desenvolvimento regional. Por ter poucos estudos na região oeste sobre o tema proposto, e visando conhecer a cadeia produtiva de suínos na economia catarinense e brasileira, são fatores que motiva conhecer a importância que ela tem para o desenvolvimento econômico e social dos municípios da ADR.

A estrutura do artigo contempla a introdução seguindo do referencial teórico onde constam os fundamentos do estudo. Posteriormente aos aspectos metodológicos estão apresentadas as análises e interpretação dos dados e por fim, e não menos importantes estão as considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referido estudo possui como base teórica o estudo da produção de suínos, e o que ela representa para o desenvolvimento econômico e social dos municípios da Agência de Desenvolvimento Regional de Palmitos - ADR, que abrange oito municípios sendo eles: Palmito, São Carlos, Água de Chapecó, Cunhataí, Caibi, Cunha Porã, Riqueza e Mondai. Destacamos a cadeia produtiva, a contribuição no movimento econômico e social, bem como o retorno do imposto de circulação de mercadorias (ICMS).

2.1 SUINOCULTURA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Santa Catarina, apesar de sua pequena extensão (apenas 1,3% do território brasileiro), é o maior produtor nacional de suínos e tem uma das suinoculturas mais avançadas do mundo. O Estado concentra cerca de 20% do rebanho nacional e é responsável por quase $\frac{1}{4}$ das mais de três milhões de toneladas de carne suína produzida anualmente no país, número este, que eleva o Brasil a condição de quarto

maior produtor do planeta, mesma posição ocupada no ranking mundial de exportação. (CAMASSETTO, 2010)

Estes resultados devem-se, primeiro, à iniciativa de pioneiros que venceram as adversidades de um território inóspito, numa época em que ainda tudo estava por descobrir, e que aqui implantaram uma atividade inicialmente de subsistência, mas que logo revelaria seu potencial de comercialização. Em segundo lugar, deve-se à vontade de realizar e à ousadia de empreender de desbravadores que viram na suinocultura uma excelente oportunidade de negócios e constituíram em solo catarinense aquilo que viria a ser um dos maiores complexos agroindustriais do planeta.

A certeza de que a evolução dá-se pelo conhecimento, pelo domínio da tecnologia e pelo investimento permanente em pesquisa de melhoramento genético é amplamente retratada, não só no âmbito das ações, mas nos esforços conjuntos da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, agroindústrias, entidades governamentais e centros de referências em pesquisa, que projetam Santa Catarina para o Brasil e o mundo.

Mas, nem todos os momentos são favoráveis a este segmento. A trajetória da suinocultura em Santa Catarina também é permeada de momentos difíceis, de adversidades avassaladoras, de crises sucessivas, de protesto, de lutas e reivindicações. A difícil arte de conciliar a produção intensiva com a preservação do meio ambiente, a abertura de novos mercados e o fomento as exportações, a promoção do consumo interno e a necessidade de uma organização ainda maior dos produtores como pressuposto para a sobrevivência na atividade, tudo isto emerge como desafio e requer atenção e muito controle.

O Estado de Santa Catarina tem uma característica especial por não existir nele uma grande metrópole, apesar de contar com expressivos municípios no interior, tais com: Joinville, Blumenau e Itajaí. Singer (1974), afirma que Santa Catarina apresenta um aspecto no mínimo curioso, em que o Estado se divide em várias zonas economicamente autônomas, cada uma delas contando com uma capital regional.

Neste aspecto, no Estado, não é apresentado um centro urbano que centralize a economia catarinense. Determinando nesse caso um processo peculiar de regionalização com fortes características. A consolidação do modelo de associativismo municipal implantado e revigorado em Santa Catarina, assim como o

surgimento de consórcios intermunicipais, com as experiências em cooperativismo está sendo fundamental para o processo de organização dos espaços territoriais identificados no Estado.

A questão regional sempre esteve presente nos objetivos de desenvolvimento da política pública brasileira. O problema das desigualdades econômicas e sociais que ao longo do tempo marcaram o processo de regionalização é uma constante preocupação dos governantes que buscam, através de uma política diferenciada para regiões periféricas, impulsionar o crescimento econômico e sua inserção no novo paradigma da economia regional, nacional e internacional.

O desenvolvimento regional oportuniza a visualização das potencialidades em relação a sua capacidade produtiva, tornando-se especialistas e com vantagens competitivas em determinados produtos e/ou serviços em que a comercialização possa ocorrer além-fronteiras regional e chegando a exportação.

Para Polêse (1998) os benefícios do desenvolvimento econômico não se repartem de forma igual pelo território nacional. Em todos os países observa-se disparidades econômicas e sociais entre regiões, que pode ser questões relacionadas ao mercado regional de trabalho, considerando a análise das migrações inter-regionais e a queda da economia local, regional.

Polêse (1998) enfatiza a teoria do desenvolvimento e analisa como os sistemas produtivos locais podem contribuir para a maior competitividade das empresas, dos territórios e influenciar o desenvolvimento local.

Dia do contexto Amaral Filho (2001. p.261-286) descrevem sobre as teorias de desenvolvimento econômico regional, sob o entendimento de que tais fatos “emergem e passam a ser reconhecidas como possibilidades reais para o desenvolvimento econômico, tanto de países já desenvolvidos quanto dos países em desenvolvimento definindo estratégias que visam impulsionar o desenvolvimento econômico”.

A dinâmica atual do ambiente de negócios e aliado ao cenário econômico advindo da globalização interfere na economia local e regional, fatos que merecem serem discutidos com propriedades pelos agentes regionais, considerando o fato de que o desenvolvimento se dá pelo acúmulo do capital. (AMARAL FILHO, 2001 p. 261-286).

Dentro dessa premissa a teoria do desenvolvimento endógeno é uma forma de explicar as dinâmicas das cidades e região frente às mudanças atuais. Muitas explicações da teoria do desenvolvimento endógeno derivam da própria teoria do

desenvolvimento, como proposição relacionada ao desenvolvimento por parte dos autores.

Nas regiões as diferenciações são medidas pela arbitragem entre a oferta e a procura de trabalho que determina os diferentes níveis salariais entre as regiões. Barquero (2001) constrói um modelo para interpretar a dinâmica econômica das cidades e territórios, fundados na teoria do desenvolvimento Endógeno. Neste estudo o autor sustenta que as difusões das inovações e do conhecimento entre as empresas e organizações, a adoção de forma flexível para organizar a produção, o desenvolvimento urbano do território e a complexidade do tecido institucional constituem os fatores chaves que condicionam a acumulação do capital nas cidades e regiões.

Com isso, as cidades e regiões tornam-se mais competitivas e fortalecem suas comunidades locais (associação, instituições públicas, sindicatos, empresas e governo local), objetivando impulsionar o desenvolvimento local. Como cada local possui seu mercado de trabalho, seu sistema produtivo, organização da produção, historicidade, infraestrutura, capacidade empreendedora, entre outros componentes que dão uma ideia da identidade local, cada um também possui potenciais de desenvolvimento diferenciados. (BARQUERO, 2001).

A região de abrangência da ADR de Palmito destaca-se pela atividade agropecuária, porém a suinocultura é um dos carros chefes da economia, cabe enfatizar que muito tem contribuído para o desenvolvimento, o crescimento e alavancando fortemente todos os setores produtivos, de emprego e renda, mudando o cenário da região.

2.1.1 Cenários para a Suinocultura

Quanto a gestão sustentável no meio rural, poucos setores demonstram um avanço tão significativo neste sentido quanto à suinocultura. De uma atividade conhecida historicamente pelo impacto de seus efluentes e resíduos no meio ambiente a suinocultura passa a ser uma referencia no emprego de tecnologias que melhoram a relação do produtor com seu entorno, demonstrando que com conhecimento e empenho qualquer problema pode se tornar uma solução.

O Brasil produz anualmente 3,2 mil toneladas de carne suína, ocupando o quarto lugar entre os maiores fornecedores do mundo. Nos últimos anos, o setor tem

apresentado crescimento tanto na quantidade da carne produzida quanto no faturamento, impulsionado por avanços significativos na renda média da população. Por ano, cada brasileiro consome em média 15 quilos de carne suína, enquanto na Europa o consumo é em torno de 40 quilos por habitante, fato que mostra que ainda há espaço para expansão no mercado.

A Suinocultura brasileira deve crescer nos próximos 10 anos, em torno de 21%, tanto em produção como no consumo interno e ainda nas exportações, conforme informação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), até atingir 4,3 milhões de toneladas em 2024. Já a produção brasileira de suínos, em 2015, foi de 3,5 milhões de toneladas. Do total, 85% foram destinados ao consumo interno e 15% às exportações. Os Estados maiores produtores são: Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo e Goiás. (CANAL RURAL, 2016)

Nos primeiros quatro meses de 2016, houve um incremento nas exportações brasileiras de carne suína, com vendas de US\$ 113 milhões, aumento de 3,1% em relação ao mesmo período de 2015. E no mês de maio de 2016, as exportações, somente para a China, obtiveram um crescimento de 19 mil por cento, frente a US\$ 70,8 mil em maio de 2015. O câmbio mais favorável e a habilitação à exportação de novas plantas frigoríficas brasileiras foram fatores decisivos para o resultado obtido. Desde dezembro, os chineses habilitaram seis novos frigoríficos de carne suína à exportarem ao país. No total, o Brasil possui, hoje, 12 frigoríficos de carne suína aptos à exportação para a China (CANAL RURAL, 2016).

Em um contexto de estabilidade mercadológica no Brasil, o Estado de Santa Catarina colhendo os frutos de um trabalho incansável, buscando exportar carnes para o mundo, a Polícia Federal comunica ao país e ao mundo a operação carne fraca. Conforme publicado no Jornal Diário Catarinense (21/03/2017, pág. 6) as notícias da operação carne fraca chegaram ao mercado internacional, e a reação dos principais compradores de proteína animal brasileira foi imediata. No dia de 22/03/2017, a China, Coreia do Sul, Chile, União Europeia e Egito suspenderam embarque de empresas do país. Em Santa Catarina, esses mercados representaram 38,44% das vendas de carnes para o exterior em 2016, cerca de US\$ 790 milhões. Os Países aguardam esclarecimentos do governo brasileiro sobre as investigações. O Governador do Estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo, seguiu a Brasília para acompanhar as tratativas junto ao governo federal e ao ministério da

agricultura. O governo vai acompanhar a comunicação para o mercado interno e externo, pois somos os mais atingidos porque somos os maiores produtores de carne suína e o maior exportador.

O Governo do Estado esteve reunido no dia 20 de março de 2017, em Florianópolis, com empresários representantes do setor agropecuário e de órgãos estaduais e federais de fiscalização. As revelações da operação carne fraca vieram justamente em um momento em que Santa Catarina comemora o crescimento nas exportações, fruto de expansão e abertura de mercados. A Coréia do Sul também planeja passar a importar carne suína catarinense e, por isso, tem uma missão de inspeção marcada para o final deste mês, que segundo o governador está mantida.

De acordo com o Jornal Diário Catarinense (2017), o Secretário de Estado da Agricultura, Sopesa coloca que os carregamentos que estão nos navios em portos dos países que anunciaram ao bloqueio provisório estão com o desembarque suspenso enquanto os governos buscam explicações. Ninguém pode compactuar com qualquer erro, mas a verdade é que isso causou um transtorno. Em Santa Catarina, empresas com 70 anos, com centena de funcionários, estão hoje com um impacto tremendo desta situação.

Conforme Jornal Diário Catarinense, (2017), o presidente do SINDICARNE, Ribas Junior, fala que a indústria brasileira de carnes atingiu, nas ultimas décadas, um elevado nível de segurança e qualidade em sua operação, condição internacionalmente admirada e reconhecida. Os padrões de biosseguridade, os avanços genéticos e a atenção extrema à sanidade e ao manejo fizeram da nossa produção agropecuária uma das mais seguras de todas as cadeias produtivas, graças ao empenho e profissionalização dos produtores rurais e aos pesados, intensos e contínuos investimentos das agroindústrias.

Neste sentido, as indústrias brasileiras e catarinenses de carnes, notadamente as de aves e suínos, adotam o que há de mais avançado em máquinas, equipamentos, processos e recursos tecnológicos, assegurando alimentos cárneos confiáveis e de alta qualidade. Essas características permitiram à agroindústria brasileira e catarinense exportar carne para mais de 150 países, entre eles, os mais exigentes do planeta em termos de qualidade e sanidade. A par do rigor técnico em todas as fases do processo, os nossos frigoríficos adotam a melhor metodologia de controle interno de qualidade, além do acompanhamento de organismos externos como o respeitado Serviço de Inspeção Federal – SIF e as

frequentes auditorias de importadores. É necessário compreender a dimensão, a complexidade o elevado grau de desenvolvimento desse importante setor da indústria nacional para considerar que os fatos apurados pela Polícia Federal são isolados e representam lamentáveis exceções dentro da cadeia produtiva. O compromisso supremo das indústrias de alimentação é a oferta de proteínas segura e de qualidade para a nutrição das pessoas e das famílias. Os crimes investigados pela Polícia Federal representam uma excepcionalidade que deve ser reprimida com a força da lei. Méritos dos produtores e empresários da área, a indústria da carne é um setor que orgulha o país e assegura alimento nobre para a população do Brasil e do mundo.

Uma das maiores autoridades científica do Brasil na área de carnes é a Diretora Técnica e Pesquisadora do Instituto de Tecnologia de Alimentos de São Paulo, Ana Lucia Corrêa Lemos. Engenheira, Mestre e Doutora em Tecnologia de Alimentos pela Universidade Estadual de Campinas, Ela afirma em entrevista ao Jornal Diário Catarinense, (2017), que a produção de carnes do Brasil é uma das mais seguras do mundo. Além de conhecer o sistema brasileiro, também fez inúmeras visitas a plantas no exterior. Segundo Ela, a qualidade das carnes e dos produtos brasileiros processados é inquestionável. As plantas brasileiras exportadoras de carnes são superiores às do exterior. É importante lembrar que nas carnes de aves e suínos o sistema de integração aumenta muito a segurança do produto, pois o sistema de produção garante o acompanhamento desde o nascimento do animal até a etapa final. É possível saber quem é o produtor, as rações e as empresas que fornecem os medicamentos. As normas brasileiras são rigorosíssimas, os serviços de inspeção federal têm normativos e decretos-lei que são extremamente rígidos.

O Ministro da Agricultura Blario Maggi, em entrevista ao Jornal Diário Catarinense (2017), destacou que, após a análise de parte de produtos que foram interditadas após a operação carne fraca, mostra que “não apresentam qualquer perigo para saúde humana”. Segundo o Ministro, foram recolhidas 174 amostras de 21 frigoríficos em investigação. Desse total, as análises de 12 produtos já têm laudos que demonstram que não há risco para o consumo. Segundo Maggi, as doze amostras são de três frigoríficos que foram interditados no primeiro dia da operação.

Ainda segundo o Diário Catarinense (2017. p.10), a “Secretaria Nacional do Consumidor, órgão do Ministério da Justiça, determinou recall de produtos de três

unidades, mas as empresas decorrem da decisão.” A partir análises físico-químicas, foi apurado o excesso ácido sórbico e água injetada nas carnes.” Ainda destacou o Ministro que faltam, os resultados das análises microbiológicas para se chegar a uma conclusão mais precisa.

Em consequência disso, foi a redução dos embarques de produtos derivados de carnes com uma queda de 19% nos embarques médios sendo que nos primeiros dias de março, a média diária de embarques do produto foi de US\$ 62,2 milhões, na semana seguintes, a média por dia de vendas externas foi de US\$ 50,5 milhões. No dia mais agudo da crise, os embarques despencaram para US\$ 74 mil. (DIÁRIO CATARINENSE, 2017. p.10)

A Operação Carne Fraca pode contribuir para a consolidação do mercado de carnes em Santa Catarina. Esta é a opinião de representantes das principais entidades do agronegócio no estado, em debate sobre a qualidade da carne catarinense realizado na Avesui, maior feira da cadeia de aves e suínos, em vinte e seis de abril, em Florianópolis. O painel contou com a presença de membros do Ministério da Agricultura, Embrapa suínos e aves, Governo de Santa Catarina e as associações brasileira e Catarinense de criadores de Suínos.

2.1.2 Agricultura familiar e a atividade suinícola

A Agricultura Familiar é um modo de produção que se destaca pela ocupação da mão de obra da família na realização das atividades produtivas. Toda a família contribui na execução das tarefas diárias, o que coloca em evidência este sistema de produção na geração de emprego no campo. (NOTTAR, 2004) Mais de 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares. A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda.

Apesar da importância histórica desse modo de produção, foi somente a partir dos anos 90 que a agricultura familiar passou a ser mais reconhecida e impor a sua marca, chamando a atenção para diversificação da produção, especialmente para os produtos essenciais da cesta básica, para a importância da segurança alimentar da sociedade. (NUNES E NUNES, 2001)

O crescimento de estudos em torno dessa temática se justifica pela importância que a agricultura familiar assumiu na produção de alimentos para o abastecimento da população urbana. Ampliando e formando recursos humanos qualificados com atuação na área rural são fundamentais para impulsionar o desenvolvimento de um setor tão estratégico para o crescimento do país.

Soares (2000) e Maluf (2003), afirmam que a agricultura familiar assume uma grande importância na segurança alimentar da família e da sociedade. Contribuindo também para a preservação dos recursos naturais e para a reprodução socioeconômica e cultural das famílias rurais. Ressaltam ainda que parte da insegurança alimentar do Brasil provém da inviabilização da agricultura familiar.

O descaso histórico com esse setor da agricultura seja através da falta de financiamento, de infraestrutura de produção e comercialização, ou ainda pela ausência de políticas públicas de saúde e educação, acaba por acelerar a migração de agricultores do campo para a cidade. (SOARES, 2000)

A reprodução da agricultura familiar assenta-se em combinações de três tipos de fatores: a primeira é sobre diferentes produções (vegetais e animais) articuladas entre si, adequadas a tipos de solo, topografia e microclima e a uma determinada forma de cultivo e manejo, representando um sistema de produção; a segunda é acerca da qualidade de mão de obra, envolvendo os membros da família e a capacidade e disponibilidade individual para cumprir as tarefas que mantêm o sistema de produção.

A força de trabalho não abrange só os que no mercado de trabalho aparecem como ativos, mas também aposentados, estudantes, mulheres e pessoas com outras atividades e que fazem na propriedade uma segunda jornada de trabalho; a terceira é sobre um determinado patrimônio, em parte herdado e em parte formado pelo grupo família, composto de terras, construções, plantações e maquinários e de bens materiais como conhecimentos específicos, tradições e habilidades, trata-se de mais que um simples capital, apresentando-se como estrutura que se reproduz e por vezes impõe barreiras às mudanças e ao desenvolvimento de novas atividades econômicas, mas também gera oportunidades e estímulo a transformação e ao desenvolvimento de novas iniciativas econômicas.

Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante deste setor. A Lei 11.326 de julho de 2006 define as diretrizes para

formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público.

Segundo dados do IBGE (2006) referente ao Censo Agropecuário, destaca que 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares. São aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos, sendo que a metade deles está na Região Nordeste. Ela constitui base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; responde por 35% do produto interno bruto nacional; e absorve 40% da população economicamente ativa do país. Ainda segundo o Censo, a agricultura familiar produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. A agricultura familiar possui, portanto, importância econômica vinculada ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

Para o coordenador geral de Monitoramento e avaliação da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), Régis Borges de Oliveira, a relevância da agricultura familiar vai além da economia e da geração de renda. Segundo ele, também deve ser destacada a questão cultural desse modelo de produção. “O agricultor familiar tem uma relação diferente com a terra, uma relação mais próxima devido à tradição familiar”, explica ao lembrar que no Brasil a maioria dos municípios possui menos de 20 mil habitantes. “Nestas localidades, a agricultura familiar é muito presente e faz parte da cultura local”.

Conforme a Lei nº 11.326/2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família.

É inegável, a relevância da agricultura familiar na agropecuária brasileira, e faz-se necessário destacar que a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui expressivamente para a geração de emprego e renda, qualidade de vida, produção de alimentos, com a segurança alimentar, com a questão ambiental, econômicas e sociais, gerando riquezas e divisas para o Brasil.

2.2 PRODUÇÃO DA SUINOCULTURA E A GERAÇÃO DE RENDA.

Recentemente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou os dados da produção brasileira de carnes em 2016. Houve aumentos nas produções de carnes de frangos e de suínos e queda na produção de carne bovina.

Tabela 1. Comparativo da produção de Carnes no Brasil de 2015 a 2016 (mil t)

Carne por atividade	2015	2016	Variação %
Carne bovina	7.493	7.350	-1,90%
Carne de Frango	13.133	13.250	0,89%
Carne Suína	3.430	3.711	8,19%

Fonte: IBGE, 2017.

Os números da Tabela 1 acima dão um indicativo da importância das carnes para a economia do Brasil, o que fica ainda mais reforçado pelas recentes informações divulgadas pelo Mapa de que o Brasil tem mais de 4.800 unidades agroindustriais que atuam no abate ou processamento de carnes, empregando centenas de milhares de trabalhadores.

A produção de suínos no oeste de Santa Catarina tem mudado a realidade das cidades da região. Chapecó e Joaçaba, a 545 e 388 km de Florianópolis, são exemplos desse processo. (GAZETA DO POVO, 2014).

Para aproveitar o rebanho de suínos do Estado, o maior do país, grandes empresas têm se instalado, e produtores locais aproveitam a oportunidade para prosperar e movimentar seus negócios.

Por seu *status* sanitário diferenciado - único Estado brasileiro livre de febre aftosa sem vacinação e também livre de peste suína clássica, com certificados da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) - o estado é habilitado a exportar para os países mais competitivos do mundo como a Rússia, China, Angola, Cingapura, Chile, Japão, Uruguai e Argentina. Este ano, a Coreia do Sul autorizou a importação da carne suína produzida em Santa Catarina e a expectativa é de que os primeiros embarques aconteçam em 2017.

A carne suína é a proteína animal mais produzida e consumida do mundo. O Brasil vem expandindo, nos últimos anos, seu consumo interno. Campanhas de marketing, informando sobre a qualidade e as vantagens da carne suína, têm ajudado para o aumento. No dia (24/07) é comemorado o Dia do Suinocultor e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e as federações de

agricultura e pecuária esperam que os suinocultores sejam lembrados por sua importante contribuição para o desenvolvimento da agropecuária brasileira e para a economia do país.

A suinocultura brasileira deve crescer nos próximos 10 anos, em torno de 21%, tanto em produção como no consumo interno e ainda nas exportações, conforme informação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), até atingir 4,3 milhões de toneladas, em 2024. Já a produção brasileira de suínos, em 2015, foi de 3,5 milhões de toneladas. Do total, 85% foram destinadas ao consumo interno e 15% às exportações. Os estados maiores produtores são: Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo e Goiás.

Nos primeiros quatro meses de 2016, houve um incremento nas exportações brasileiras de carne suína, com vendas de US\$ 113 milhões, aumento de 3,1% em relação ao mesmo período de 2015. E no mês de maio de 2016, as exportações, somente para a China, obtiveram um crescimento de 19 mil por cento, frente a US\$ 70,8 mil em maio de 2015. O câmbio mais favorável e a habilitação à exportação de novas plantas frigoríficas brasileiras foram fatores decisivos para o resultado obtido. Desde dezembro, os chineses habilitaram seis novos frigoríficos de carne suína à exportarem ao país. No total, o Brasil possui, hoje, 12 frigoríficos de carne suína aptos à exportação para a China.

A produção interna de carne suína na China sofreu drástica redução na produção, por questões relacionadas à legislação ambiental, aumentando, portanto, a dependência do país no comércio exterior para garantir o abastecimento doméstico. O cenário deve se manter o que favorecerá o incremento gradativo nas exportações brasileiras de carne suína, em especial.

Segundo o presidente da Comissão Nacional de Aves e Suínos da CNA, Renato Simplício Lopes, graças às campanhas, o maior conhecimento pela população das vantagens da carne suína está contribuindo fortemente para o crescimento do consumo. "Acredita-se que aos poucos a carne suína irá ganhar maior espaço nas preferências do consumidor brasileiro, especialmente, em regiões onde o setor ainda é fragmentado, como no caso das regiões Nordeste e Norte. As campanhas de marketing têm ajudado muito nisso", afirma.

"A suinocultura é uma das atividades do agronegócio que mais emprega no campo. Ou seja, consegue fixar o produtor na área rural, um dos grandes desafios

da agropecuária nacional. Isso por si só já é destaque. Além disso, a suinocultura é uma atividade que não ocupa grandes espaços geográficos. Desta forma, além de não competir com outras culturas, permite produção significativa de alimento em pequenas áreas". Jacir José Dariva, vice-presidente da Comissão de Suinocultura da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP)

A suinocultura tem contribuído significativamente para o desenvolvimento dos municípios da ADR de Palmitos. Sendo um dos setores que ajudou a diminuir o êxodo rural, fazendo com que os jovens permaneçam na propriedade trabalhando, gerando emprego, renda e divisas para a região e para o país.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia quanto à natureza é teórico-empírico que de acordo com Rampazzo (2008), a pesquisa teórica pode envolver a organização coerente de ideias obtidas em bibliografias relacionadas e confiável a cerca de um determinado tema; já o empirismo procura a superação da especulação teórica.

Em relação a abordagem do problema, definiu-se como descritiva que de acordo com Rampazzo (2008), as pesquisas descritivas caracterizam-se por: descrever as características de determinada população ou fenômeno; observar, registrar, analisar e correlacionar os fatos ou fenômenos sem manipulá-los, ainda, podem assumir diferentes formas: pesquisa de opinião, estudo de caso, pesquisa documental, levantamento.

Para descrição dos procedimentos utiliza-se da pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica constitui-se de coleta de informações em livros e periódicos. Gil (2008) aponta a vantagem da pesquisa bibliográfica quando o objeto de estudo é disperso geograficamente, permitindo que o pesquisador obtenha as informações sem precisar deslocar-se.

Quanto a população e amostra, Rampazzo e Corrêa (2008, p. 86), descreve que o “pesquisador deve organizar um plano de amostragem que leva em conta o tipo de investigação que pretende realizar e que possa garantir a representatividade e significância das amostras.”

Para Marconi e Lakatos (2012, p. 112), a população “[...] é o conjunto de seres animados ou inanimados que representam pelo menos uma característica em comum”.

Já a amostra é definida por Rampazzo e Corrêa (2008, p. 87), como “a representação menor de um todo maior, a fim de que o pesquisador possa analisar um dado universo (população). Portanto, sua utilização, objetiva estender as características encontradas para o todo”.

Quanto à população do estudo serão todos pecuaristas do meio rural. Já a amostra é intencional e não probabilística sendo analisado apenas os dados econômicos, financeiros, fiscais, estatísticos e populacionais referentes a atividade da suinocultura.

Os dados serão coletados em forma de relatório, via e-mail, pela Secretária da Agricultura dos municípios analisados. Esse relatório conterá dados do movimento econômico agrícola dos municípios. Demonstrando o montante da produção de suínos e o qual o percentual atribuído a esse produto.

Os dados serão analisados com o auxílio do *Software Microsoft Excel*, versão 2007, através de medidas de média e percentual, com posterior apresentação em forma de tabelas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentamos dados relacionados à produção de produtos agropecuários nos municípios da ADR de Palmitos. No primeiro quadro identificamos o valor correspondente a produção de suínos nos municípios da Agencia de Desenvolvimento Regional de Palmitos.

4.1 PARTICIPAÇÃO DA SUINOCULTURA NO MOVIMENTO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DA ADR.

A agropecuária é um dos principais ramos da economia regional. Nesse segmento, destacamos a cadeia produtiva de suínos que além do peso econômico dessa atividade, é necessário considerar também sua relevância social e até mesmo cultural. Além da produção de suínos apresentamos dados de outros produtos, possibilitando assim fazer um comparativo da importância da suinocultura no desenvolvimento da comunidade regional.

Na Tabela 01, apresentam-se os números da suinocultura nos oito municípios da ADR de Palmitos.

Tabela 1: Dados da produção de suínos dos municípios da ADR de Palmitos

Município	Suínos	Participação
Aguas de Chapecó	928.518,40	0,36%
Caibi	52.463.412,10	20,10%
Cunhataí	479.228,00	0,18%
Cunha Porã	35.054.716,17	13,43%
Mondai	58.176.519,87	22,29%
Palmitos	24.794.773,15	9,50%
Riqueza	4.418.045,88	1,69%
São Carlos	84.696.486,96	32,45%
TOTAL	261.011.700,53	100,00%

Fonte dados da Pesquisa

Os números na Tabela 1 demonstram um indicativo da importância da suinocultura para a economia dos municípios da ADR de Palmitos, gerando riqueza e renda não somente para as famílias produtoras, mas também alavancando a economia de modo geral no valor de global superior a 261 milhões de reais. A representação da tabela demonstra que Cunhataí a produção é de 0,185% de participação na produção de suínos dos municípios, já Águas de Chapecó é o município onde a suinocultura representa apenas 0,36%, Riqueza 1,69%, Palmitos 9,5%, Cunha Porã 13,43%, Caibi 20,10%, Mondai 22,29% e São Carlos com 32,45%, são os maiores produtores de suínos entre os municípios da região pesquisada.

Notadamente a suinocultura é um dos produtos da pecuária regional que se destaca e que vem crescendo consideravelmente contribuindo para o desenvolvimento, geração de emprego e renda e melhorando a qualidade de vida dos produtores.

4.2 POSIÇÃO DA SUINOCULTURA EM RELAÇÃO ÀS DEMAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS PRODUZIDOS NO MEIO RURAL

A ADR de Palmitos destaca-se na produção pecuária, demonstrando o seu valor frente ao desenvolvimento dos municípios, bem como em âmbito estadual. Demonstra que onde existe organização, persistência e o desejo de vencer, o sucesso será alcançado.

O Quadro 01 representa os principais produtos produzidos na ADR de Palmitos e nos apresenta o valor que a suinocultura representa em termos de geração de riqueza para a região.

Quadro 01: Distribuição e participação das atividades pecuária

MUNICÍPIO	SUÍNOS	LEITE	FRANGO	BOVINOS	TOTAL
Águas de Chapecó	928.518,40	3.140.699,71	1.697.291,31	6.178.746,42	11.945.255,84
Participação	7,77%	26,29%	14,21%	51,73%	100,00%
Caibi	52.463.412,10	20.547.500,60	18.312.377,77	75.085,80	91.398.376,27
Participação	57,40%	22,48%	20,04%	0,08%	100,00%
Cunhataí	479.228,00	8.574.610,54	5.926.263,85	3.736.527,29	18.716.629,68
Participação	2,56%	45,81%	31,66%	19,96%	100,00%
Cunha Porã	35.054.716,17	27.306.925,69	61.000.000,00	11.000.000,00	134.361.641,86
Participação	26,09%	20,32%	45,40%	8,19%	100,00%
Mondai	58.176.519,87	18.481.065,96	42.548.259,52	6.211.610,23	125.417.455,58
Participação	46,39%	14,74%	33,93%	4,95%	100,00%
Palmitos	24.794.773,15	34.546.343,54	29.210.282,20	23.042.238,88	111.593.637,77
Participação	22,22%	30,96%	26,18%	20,65%	100,00%
Riqueza	4.418.045,88	7.313.745,54	14.635.680,46	10.618.619,45	36.986.091,33
Participação	11,95%	19,77%	39,57%	28,71%	100,00%
São Carlos	84.696.486,96	30.224.683,74	52.685.262,55	13.226.750,57	180.833.183,82
Participação	46,84%	16,71%	29,13%	7,31%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa *(grifo nosso)

No Quadro 01 apresenta o movimento por produto do ano de 2015, nos municípios pertencentes à Agência de Desenvolvimento Regional de Palmitos. Percebe-se que em todos existe produção de suínos, em alguns em menor escala, no entanto os percentuais de participação da suinocultura em relação ao total do movimento da atividade agropecuária são significativos nos municípios de Caibi com 57,4%, em São Carlos com 46,84% e Mondai com 46,39%. Nos municípios Palmitos, Cunha Porã a atividade suinícola é representativa, mas não a maior representatividade em relação às demais. Já nos municípios de Riqueza, Águas de Chapecó e Cunhataí a suinocultura tem pouca representatividade, ou seja, há predominância de outras atividades. Destaca-se que a pujança dos produtores rurais colabora significativamente para alavancar o desenvolvimento da suinocultura na região, ajudando a elevar o Estado de Santa Catarina ser destaque a nível nacional.

4.3 IDENTIFICAR O RETORNO FISCAL AOS MUNICÍPIOS DA ADR DE PALMITOS

A produção pecuária é de grande porte nos municípios da ADR de Palmitos, pois tem contribuído para que tenhamos um incremento juntamente com outros produtos para o retorno do Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS.

Na Tabela 2 apresenta-se o retorno do ICMS dos municípios.

Tabela 02: Participação do retorno do ICMS por município

Município	ICMS	Representatividade
Aguas de Chapecó	4.366.066,96	8,08%
Caibi	4.650.937,59	8,61%
Cunhatai	3.210.337,08	5,94%
Cunha Porã	7.948.471,89	14,71%
Mondaí	11.234.564,34	20,79%
Palmitos	10.253.089,05	18,97%
Riqueza	3.639.997,11	6,74%
São Carlos	8.734.657,82	16,16%
Total	54.038.121,84	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 02 verifica-se o retorno financeiro aos municípios com o ICMS, chegando superando os 54 milhões de reais. Analisando-se individualmente, os municípios de Mondai com 20,79%, Palmitos 18,97%, São Carlos com 16,16% e Cunha Porã com 14,76%, foram os que obtiveram o maior retorno do ICMS. Assim, os municípios de Águas de Chapecó, Caibi, Riqueza e Cunhataí representam o retorno do ICMS de menor proporção. Verifica-se que a produção de suínos tem ajudado expressivamente os municípios no quesito de retorno de dividendos e gerando assim emprego e renda. Denota-se, no entanto, que na região da ADR de Palmitos, não há uniformidade na produção de suínos, que embora haja retorno financeiro, muitos municípios a suinocultura não é a principal atividade pecuária.

4.4 POPULAÇÃO RURAL, URBANA E RENDA PER CAPITA.

Com a globalização e a produção em grande escala, resultou em uma saída de pessoas do meio rural em busca de novas oportunidades. Observa-se que nos municípios da ADR de Palmitos não foi diferente, muitas famílias migraram para a cidade ocasionando assim um numero maior de habitantes no centro urbano.

A Tabela 3 demonstra dados relevantes em relação à população rural e urbana, a renda per capita dos municípios da ADR de Palmitos.

Tabela 3: População Rural, Urbana e Renda Per capita.

Município	Urbana	%	Rural	%	Renda
Águas de Chapecó	3.236	53%	2.873	47%	756,93
Caibi	3.578	58%	2.640	42%	830,93
Cunhataí	569	30%	1.313	70%	990,29
Cunha Porã	6.519	61%	4.094	39%	874,83
Mondai	6.305	62%	3.926	38%	829,70
Palmitos	9.871	62%	6.150	38%	940,83
Riqueza	2.154	45%	2.684	55%	685,10
São Carlos	6.899	67%	3.385	33%	987,81

Fonte: IBGE Censo 2010.

Conforme demonstra na Tabela 3, dos 8 municípios da ADR, em 06 deles mais da metade da população encontra-se no meio urbano, apenas Cunhataí com 70% e Riqueza com 55% da população vive no meio rural. Ainda observa-se a renda per capita da população que em alguns municípios, apresentam uma renda per capita menor que os demais. Cunhataí onde a população é rural (70%) é a renda é de R\$ 990,29 por habitante, seguido por Palmitos com R\$ 940,83 de renda por habitante. Oposto a estes, Riqueza representa a menor renda per capita do municípios de análise com R\$ 685,10 por habitante sendo o segundo maior número de pessoas no meio rural dos oito municípios da ADR de Palmitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a suinocultura tem ocupado um espaço significativo no cenário econômico o que se estende também aos estados. Desta forma o desenvolvimento econômico do país envolve as diversas atividades produtivas dentre as quais está à suinocultura, atividade que ao longo do tempo contribui para o desenvolvimento econômico e social nas diversas regiões do território brasileiro.

No contexto do país, o desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina foi impulsionado pela suinocultura. A atividade foi uma das grandes responsáveis pela expansão e modernização da indústria no Estado a partir da década de 40 elevando o setor alimentício (CAMASSETTO, 2010).

Na região sul do País, no Estado de Santa Catarina a suinocultura tem grande destaque, haja vista que o Estado detém uma das mais desenvolvidas suinocultura

do país. No ano de 2008, apresentava um rebanho permanente de 4,5 milhões de cabeças, que correspondia a 17% do rebanho Nacional, que equivalia a mais de um terço dos abates totais, totalizando 7,8 milhões de cabeças e 40% dos abates industriais. (CRM-SC, 2008)

No Estado de Santa Catarina, de acordo com Coletti e Lins (2010), a Região Oeste apresenta absoluta proeminência. Os autores ressaltam que os números em relação ao rebanho suíno não deixam dúvidas a respeito disso, pois no período entre 1990 e 2007 a participação da Região Oeste no rebanho brasileiro ultrapassava 15% do total de cabeças em todo o país. Deste modo, a Região Oeste representa um polo dinâmico para a economia, além de gerar empregos nos vários elos dessa cadeia produtiva.

Observa-se que a atividade da suinocultura tem significativa importância para o desenvolvimento dos municípios que compreendem a Agência de Desenvolvimento Regional de Palmitos e nos ajudam a complementar as discussões e estudos sobre os novos rumos do agronegócio e sua efetiva contribuição para o desenvolvimento social e econômico dos oito municípios que a compõem.

Com base na análise dos dados, constatou-se que nos municípios o São Carlos é responsável por 32,45% da produção regional e atividade da suinocultura representa 46,84% do movimento econômico da pecuária no município. Como segundo destaque está o município de Mondaí cuja produção representa 22,29% da produção regional sendo que a atividade suínica representa 46,39% do total entre as atividades pecuárias. Como terceiro destaque está o município de Caibi que participa com 20,10% da produção de suínos dentre os municípios pesquisado, sendo que a atividade representa 57,4% do total do movimento econômico da atividade pecuária.

Ao analisar o retorno de impostos aos municípios, especificamente o ICMS, a atividade suínica apresenta um retorno de 20,79% do ICMS em Mondaí, 18,97% de retorno a Palmitos e 16,16% de retorno a São Carlos, representando um ingresso de mais de 30,22 milhões de reais nestes municípios.

Em termos de renda per capita, os dados revelam que os municípios que representam maior renda dentre os municípios pesquisados está Cunhataí com renda de R\$ 990,29, Palmitos com R\$ 940,83 de renda por habitante, em contraposto está o município de Riqueza com R\$ 685,10 de renda por habitante.

Ao término deste trabalho, conclui-se que a atividade suinícola está permanentemente em crescimento e que este não representa o encerramento do estudo, mas que oportunize novos estudos e pesquisas, buscando maior conhecimento e compreensão sobre a cadeia produtiva e sua contribuição para o desenvolvimento da nossa região. A produção de suínos traz incremento na economia das famílias e ao comércio local, gerando emprego, evitando que nossos jovens saiam para outros centros, buscando outras oportunidades.

Por fim e ao encerrar o estudo deixa-se a orientação sobre a necessidade de investigar e realizar novos estudos sobre o tema suinocultura na regional, seus impactos, a geração de emprego e renda e bem como, o planejamento para o futuro da atividade.

REFERÊNCIAS

BARQUERO, Antônio Vázquez. Transformaciones Globales: Instituciones Y Politicas de Dessarollo Local. Rosário: Editorial Homo Sapiens, 2001. P.186-230.

BENETTI, Estela. **Vamos Ficar Mais Seguros do que Estávamos**: Jornal Diário Catarinense, Ed. 25 e 26 de março de 2017- p. 23, Disponível em <www.diariocatarinense.com.br/estelabenetti> Acesso em 26 de mar. de 2017.

CANAL RURAL, **Disponível em** <<http://www.canalrural.com.br/noticias/suínos/ate-2024-suinocultura-brasileira-vai-crescer-63110>>. Acesso em, 25 de mai. de 2017.

COMASSETTO, Leandro Ramires. Associação Catarinense de Criadores de Suínos - 50 anos de história/Leandro Ramires Comassetto – Chapecó: Arcus, 2010. 167p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. v. 264p. 216,

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: **Sinopse do Censo Demográfico 2010**, Disponível em

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=42&dados=8>> Acesso em 25 de mai.de 2017

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, CIDADES, 2017, Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=42>> Acesso em 24 de mai. de 2017.

Jornal Diário Catarinense, ano 31, nº 11.212, p. 6. A Corrida para Tentar Conter Prejuízos, em terça-feira, 21/03/2017. Noticias/economia.

Jornal Diário Catarinense, terça-feira, 28 de março de 2017, p 9.

Jornal Gazeta do povo, 18/04/2016, agronegócio/pecuária.

MALUF, R.S. **A multifuncionalidade da agricultura familiar na realidade brasileira.** In: CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. (ORG). Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p. 135 -152.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NOTTAR, Luiz Alberto. **A (in) sustentabilidade da suinocultura e a atividade leiteira diante.** Universidade Regional de Blumenau – FURB, 2004.

NUNES & NUNES, Laercio. **Estratégia para o desenvolvimento da agricultura familiar.** Jornal da Cooperalfa, nº 153, Chapecó – SC, set. 2001.

POLÈSE, M. Economia Regional e Urbana: a lógica espacial das transformações econômicas. Coimbra: APDR, 1998.

Prefeitura dos municípios de São Carlos Água de Chapecó, Cunhataí, Palmitos, Caibi, Riqueza, Mondai e Cunha Porã.

RAMPAZZO, Sônia Elisete: Desmitificando a metodologia científica: guia prático de produção de trabalhos acadêmicos/Sônia Elisete Rampazzo, Fernanda Zanin Mota Corrêa. – Erechim, RS: Habilis, 2008. 200p.

RAMPAZZO, Sônia Elisete; CORRÊA, Fernanda Zanin Mota. **Desmitificando a Metodologia Científica:** Guia prático para a produção de trabalhos científicos. Erechim. Habilis, 2008.

Revista Foco Rural – **Agronegócio**, 20 de abril de 2017.

Ribas Junior, J. **A Carne Brasileira: Boa para o Brasil e Para o Mundo,** Jornal Diário Catarinense, ano 31, nº 11.212, p 16, ed., 21/03/2017

Secretaria da Agricultura e da Pesca-informações imprensa Alexandre Lenzi – **Secretaria do Estado de Comunicação** – SECOM, 2017.

SOARES, A.C. **A multifuncionalidade da agricultura familiar.** A Proposta, Rio de Janeiro, nº 87, p. 40 - 49,dez 2.000/ fev. 2001.

SINGER, P. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana.** São Paulo: Nacional, 1974. p 83.